

## COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO SOCIAL: Os Círculos Agroalimentares em Magé/RJ

José Marques Sousa Neto<sup>1</sup>  
Rosa Cristina Monteiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Apresenta uma reflexão teórica e metodológica sobre a sociologia da globalização, com ênfase nas alterações ocorridas no espaço rural brasileiro em períodos recentes, e a descrição de um programa de ações no âmbito da educação e da comunicação conduzido com agricultores familiares de um distrito rural do estado do Rio de Janeiro. As reflexões teóricas apontam para os riscos da fragmentação territorial com a incidência de políticas verticais e para a possibilidade de estabelecimento de estratégias de dialetização que realcem e magnifiquem os valores locais, configurando políticas emancipadoras.

**Palavras-chave:** participação; agricultura familiar; círculos agroalimentares.

### APRESENTAÇÃO

O trabalho que apresentamos tem uma afinidade com as pesquisas que problematizam as relações sociais cidade-campo, tanto na dimensão axiomática quanto programática. Em nossas atividades, os axiomas com os quais analisamos a realidade estudada têm origem nos campos da sociologia, da educação e da comunicação. O programa que conduzimos e aqui avaliamos consiste na implantação de projetos realizados por organizações não governamentais ligadas à cooperação internacional a favor de agricultores familiares<sup>3</sup>.

### AXIOMÁTICA DA VIDA SOCIAL

As relações sociais atravessam mais uma crise, que aponta, provavelmente, para uma ruptura com padrões estabelecidos. Se a vida na modernidade foi marcada pela tensão conformismo x inovação, contemporaneamente estas palavras-chave já não servem bem: podemos pensar agora com uma espessura temporal muito maior, com registros volumosos do passado, arquivados em memórias técnicas, e antecipar futuros, com a estimativa de cenários simulados; também podemos escalar novas distâncias no espaço, tanto em extensão quanto

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Agrícolas (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ); mestrando em Educação Agrícola (Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA/UFRRJ); [jomadile@yahoo.com.br](mailto:jomadile@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Psicóloga (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ); Mestre em Psicologia Social (Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ); PhD em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ); Professora Associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); [rosacris@ufrrj.br](mailto:rosacris@ufrrj.br).

<sup>3</sup> Aqui entendidos de acordo com a Lei Federal Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que define como *agricultor familiar* aquele que: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

em profundidade. Portanto, a sociedade contemporânea se constitui em alteridade frente ao que tem sido nos últimos cinco séculos, e a crença no progresso infinito e inexorável já foi abalada.

E para começar a pensar a problemática que nos move/comove, qual seja, as relações e contradições entre duas condições sociais modernas – o campo e a cidade – urge repensar a dinâmica socioespacial que nos envolve.

A primeira e inevitável constatação é que os velhos territórios foram fragmentados ao extremo. As empresas que “inovam” agem sobre cada parcela de território gerindo interesses próprios que nunca se coordenam, e muito menos se articulam a interesses locais. O efeito principal da fragmentação é a ilimitada desregulação da vida social. A desregulação é desagregadora, criando e acentuando distâncias sociais insustentáveis.

Nas sociedades ditas rurais, a incidência da força desagregadora é particularmente notável, com o avanço da agricultura científica globalizada, que visa aumentar exponencialmente as quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas.

“Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente [...]” (SANTOS, 2008, p. 89).

Analisando o caso brasileiro, com respeito a esta participação na construção global da sociedade, o geógrafo Milton Santos indica a vulnerabilidade das áreas agrícolas à expansão desenfreada das formas atuais do capitalismo.

No plano das relações humanas isto tem significado

“[...] a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmatista individualista. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e à emoção com a entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico) e da competitividade.” (SANTOS, 2008, p. 54).

O tipo de comunicação que corresponde a esta pletera de ações sobre o território contém um paradoxo muito incômodo, para quem observa e analisa: o desenvolvimento das técnicas de registro e processamento de dados, que deveriam ampliar o conhecimento circulante, e, conseqüentemente, ampliar a capacidade da compreensão dos indivíduos e das

coletividades, na verdade transforma-se exclusivamente em transmissão de informações, utilizadas por poucos atores em função de seus objetivos particulares.

“O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que em lugar de esclarecer, confunde. Isso é tanto mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível [...]”

Estamos diante de um novo encantamento do mundo, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer.” (SANTOS, 2008, p. 39).

O antídoto a esta tendência hegemônica e devastadora das solidariedades se encontra na revitalização do debate sobre a comunicação, onde os paradigmas de transmissão da informação são confrontados, de novo e radicalmente, com os paradigmas que relacionam comunicação, educação e participação.

Há espaços, constituídos por contigüidades, resistentes, em que, por meio de encontros e desencontros, a busca do sentido da existência é reativada. São espaços de *participação*. Diaz Bordenave (2002, p. 22) esclarece que *participar* implica em um exercício contínuo de *fazer parte, tomar parte e ter parte* nos processos de produção, gestão e consumo dos bens materiais e culturais da humanidade. Enfatiza, ainda, que existem vários tipos, níveis e graus de participação que os diferentes sujeitos podem exercer de maneira distinta, nas diversas fases dos processos, como, por exemplo, dos processos ligados aos projetos de intervenção.

Neste momento da história, toda ação emancipadora possível passa pelo relevo que possa ser colocado no espaço de crenças, costumes, sonhos, medos e tudo o que possa dar sentido à vida, a partir das vivências próprias.

Contra a perspectiva hegemônica, é preciso reforçar a tese da comunicação como um espaço estratégico que abrange pensar desde os blocos históricos até as contradições que dinamizam as sociedades, fixadas entre o subdesenvolvimento e a modernização compulsiva.

As intervenções no campo, frente às atividades agrícolas, essencialmente, ganham para nós um sentido onde inovar tecnicamente pode não significar a conquista de melhores condições de produção e, principalmente, melhores condições de vida. A inovação técnica pode representar o agravamento de tendências hegemônicas que se opõem à emancipação social. Sendo assim, o programa que apresentamos e defendemos, para as intervenções no campo, são construções que fazemos a partir da consciência clara da necessidade de fortalecer o sentido da solidariedade, da autonomia e da responsabilidade.

## ESTUDO DE CASO – OS CÍRCULOS AGROCULTURAIS DE MAGÉ

Nosso entendimento sobre a vida social e de alguns caminhos possíveis no plano da ação nos conduziram a uma experiência que passamos a relatar na forma de um estudo de caso<sup>4</sup>. Trata-se de uma experiência de cooperação internacional, realizada por uma parceria entre organizações não governamentais ligadas à cooperação internacional italiana, e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: *O Projeto DASARA*<sup>5</sup>. A experiência abrangeu ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável do Distrito Agrícola Rio do Ouro, 3º distrito do município de Magé/RJ, Baixada Fluminense, alcançando cerca de 400 agricultores de 11 comunidades.

O eixo central da experiência consistiu na condução de um processo de comunicação e ensino-aprendizagem envolvendo a transmissão e a re-elaboração de procedimentos capazes de potencializar as atividades agrícolas e de dinamizar a organização comunitária.

O desafio assumido pelo DASARA foi realizar uma interferência mobilizadora da atitude *experimentadora* e *problematizadora* nos agricultores, de tal forma que esta atitude se manifestasse em iniciativas populares voltadas para a solução dos problemas produtivos, gerenciais e de organização comunitária da agricultura familiar local.

As atividades compreenderam um programa de cursos de formação técnica para os agricultores; um fundo rotativo de micro-crédito; um sistema de acompanhamento das produções; e, a implantação de um espaço coletivo de comercialização, de duas pequenas agroindústrias e de um viveiro de produção de mudas.

A estratégia de mobilização e de participação dos agricultores para a realização do projeto de intervenção foi reuni-los em torno dos *círculos agro culturais*.

Por *círculo agro cultural* se entende toda ocasião estruturada de encontro entre os agentes do projeto e os agricultores.

Os círculos agro culturais aconteceram nas próprias comunidades, envolvendo espaços de uso coletivo e sítios de agricultores, com a finalidade de planejar e realizar as atividades projetuais. Foram ocasiões de apresentação de metas, de reflexão de idéias, de trocas de experiências, de elaboração e debate de propostas e de tomadas de decisão, sistematizadas em

---

<sup>4</sup> O trabalho de campo aqui relatado é conduzido por SOUSA NETO, José Marques na condição de representante no Brasil da ONG italiana promotora da iniciativa, e faz parte de seu projeto de dissertação de mestrado no programa de mestrado em Educação Agrícola (PPGEA/UFRRJ). A orientação da dissertação é de MONTEIRO, Rosa Cristina.

<sup>5</sup> Projeto de Desenvolvimento Agrícola Sustentável em Áreas de Reforma Agrária da Baixada Fluminense – Magé/RJ, Brasil.

três níveis sucessivos: os *cursos* do programa de formação, os *grupos* de produção e os *encontros* inter-comunitários.

Os *cursos* do programa de formação foram organizados com o envolvimento direto dos agricultores através de diagnóstico rural dialógico, de consultas populares e de encontros inter-comunitários, definindo os temas, os dias, os horários, os locais e a frequência das aulas. Os objetivos e conteúdos foram identificados através do diálogo entre agricultores e agentes a partir dos problemas de campo. As aulas se constituíram na investigação das causas dos problemas e na caracterização de procedimentos para a busca de soluções. Depois dos cursos, os concludentes apresentaram propostas de empréstimo para o fundo rotativo de micro-crédito do projeto a fim de implantar ou ampliar a produção estudada.

Os *grupos* de produção foram formados depois da realização dos cursos e da concessão de empréstimos. Com frequência sistemática, os grupos reuniram os agricultores em função das explorações que foram temas de curso, exercitando a busca e o compartilhamento de soluções factíveis para os diversos problemas produtivos. Em encontros específicos, formataram e apresentaram propostas sobre a implantação do espaço de comercialização e das agroindústrias previstas no projeto. Além disso, solicitaram a realização de outros cursos para responder a questões surgidas nos debates realizados em torno dos problemas identificados.

Os *encontros* inter-comunitários reuniram os agricultores envolvidos nos cursos e nos grupos de produção mobilizados pelo DASARA. Foram as ocasiões de intensificação da comunicação desenvolvida nos momentos anteriores. Após pesquisas, consultas populares e debates realizados pelos grupos de produção, os agricultores reunidos nestes encontros, compartilharam as diversas propostas e tomaram as decisões que determinaram critérios para a implantação propriamente dita das atividades previstas.

Em 2007, último ano do DASARA, os agricultores assumiram um processo de resgate de uma cooperativa popular local, Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e dos Agricultores Familiares do Município de Magé/RJ (COOPAGÉ), que há dez anos buscava se consolidar a fim de pleitear melhores condições produtivas, sociais e econômicas para a categoria. Porém, avançava muito lentamente devido a dificuldades de apoio e de acesso a informações.

Os agricultores decidiram se engajar nesta cooperativa e vivenciaram uma série de atividades de conhecimento, reconhecimento e integração com os antigos sócios e fundadores,

que em algum nível também participaram do DASARA. Assim, decidiram implantar o espaço coletivo de comercialização e a agroindústria de processamento de mel no âmbito da COOPAGÉ, incorporando-se ao quadro social da cooperativa.

Passados três anos da implantação e acompanhamento do DASARA, encontramos-nos com a possibilidade de avaliar os seus aspectos positivos e negativos.

Contemporânea à realização desta pesquisa, a dinâmica dos círculos agro culturais continua no âmbito da COOPAGÉ, envolvendo agricultores que participaram da experiência anterior, além de outros que não participaram. Esta continuidade dos círculos agro culturais significa a busca da formalização do funcionamento das estruturas produtivas implantadas pelo DASARA, além da permanência do acompanhamento e financiamento da cooperação internacional italiana.

Trata-se, portanto, da continuidade de uma estratégia de intensificação da comunicação com participação, que leva em conta os valores comunitários e o sistema de significações próprios desta comunidade.

## **DISCUSSÃO – COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO**

Com a proposta dos círculos agro culturais estamos querendo enfrentar o problema da comunicação cultural e da *participação popular*.

No âmbito dos debates em torno das intervenções sociais no chamado “mundo rural”, promovidas por ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG’s) e pelos serviços públicos na história recente, o pressuposto fundamental é a necessidade da *participação popular* nas ações desenvolvidas. Isto é evidente nos esforços de ONG’s nacionais e de cooperação internacional que trabalham com o desenvolvimento rural sustentável.

Em diversas publicações e em vários textos de projetos de intervenção prepostos, observamos ocorrências dos termos *participação* e *participativo*, além de *descrições metodológicas* que permitam o seu exercício por parte dos agricultores. Dentre estes, destacamos: BUNCH (1994), GUIJT (1999) e VERDEJO (2006).

Na esfera pública, a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural legitima a abordagem por “meio de metodologias educativas e participativas” (BRASIL, 2004, p. 9) como instrumento principal para o cumprimento da *missão* dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural.

Entretanto, apesar destas orientações, na atividade cotidiana em projetos de intervenção, observamos dois fenômenos muito frequentes: as grandes dificuldades que os agricultores enfrentam para se inserirem numa *participação efetiva* e as barreiras que os agentes de extensão encontram para *fazer* com que os agricultores *participem* das suas atividades. É ainda muito presente a atitude descrita por FREIRE (2001, p. 24-25):

“[...] ao estabelecer suas relações permanentes com os camponeses, o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus ‘conhecimentos’, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista.”

Pelos resultados que estamos encontrando, os *círculos agroculturais* podem ser entendidos como um modelo metodológico de educação e comunicação para a participação dialógica, apresentando-se como um caminho possível para a superação dos limites dos modelos convencionais inspirados no referencial difusionista.

A novidade que os círculos agroculturais supõem apresentar é o modo como enfrentam a problemática da comunicação e da participação. Estes círculos agroculturais conseguem superar a racionalidade instrumental contida na maior parte dos trabalhos, assumindo uma perspectiva que pressupõe a emergência de várias vozes no conjunto da participação, dissolvendo os atores clássicos, para figurarem com a singularidade própria de cada um.

## **PARA ALÉM DOS CÍRCULOS AGOCULTURAIS: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL EM ANÁLISE**

Para além do valor localizado que os círculos agroculturais adquirem, é importante destacar a significância regional mais ampla da realização desta pesquisa.

A região em questão é a Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, cujo perfil social apresenta fatores relacionados à permanência da agricultura na região, às reservas hídricas que abastecem a metrópole do Rio de Janeiro, e o avanço das favelas sobre áreas de relevância histórica, social, agrícola e ambiental.

A Baixada Fluminense é a porção territorial que separa a cidade do Rio das cadeias montanhosas. Trata-se do trecho fluminense da Serra do Mar, formado por um corpo contínuo e extenso de montanhas rochosas que atravessam a parte central do estado.

É caracterizada por uma paisagem natural composta por planícies, colinas, morros, manguezais, serra do mar ao fundo, matas, e rica rede hidrográfica desaguando na Baía de Guanabara.

Concentra uma bacia hidrológica de especial importância para o abastecimento da região metropolitana do Rio, além de trechos importantes da Reserva Biológica do Tinguá, do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ambos reconhecidos pela UNESCO como patrimônio natural da humanidade, e das Áreas de Proteção Ambiental de Guapimirim e Petrópolis.

Ao longo da sua história, caracterizou-se por ser a região dos *caminhos e passagens* que possibilitaram o acesso do Rio de Janeiro ao interior do Brasil, sobretudo às regiões de Minas Gerais e de São Paulo. Conheceu vários momentos históricos sempre associados à tecnologia dos transportes: das tropas de mulas que transportavam mercadorias até os diversos rios então navegáveis, de onde seguiam até o centro do Rio; passando pela substituição do transporte fluvial pelas ferrovias; até chegar às rodovias modernas como a Presidente Dutra (BR 116) e a Washington Luis (BR 040) dentre outras.

Em paralelo, desenvolveu um sistema agrícola voltado à produção de alimentos a fim de abastecer as rotas de caminhos e a cidade do Rio de Janeiro, além de vivenciar ciclos de monocultura com a cana-de-açúcar, o café e a laranja. Por ser uma região rica em terras e mananciais hídricos, houve também a instalação de indústrias no final do século XIX, com destaque para as indústrias têxteis que prosperaram e sucumbiram na primeira metade do XX.

Com a decadência do período agrícola e os esforços do projeto de industrialização brasileira a partir dos anos '50, teve o seu desenvolvimento atrelado a uma intensa urbanização, a fim de concentrar os trabalhadores urbanos da indústria, comércio e serviços da região metropolitana.

Entre os anos '50 e '60 foi palco de sérios conflitos de terra estabelecidos, por um lado, por grileiros contra agricultores familiares descendentes de escravos livres e mestiços; e, por outro, pelos herdeiros das indústrias têxteis falidas contra os ex-operários que ocupavam as terras das fábricas. Estes movimentos se configuraram como uma reação das populações agrícolas remanescentes contra o processo de urbanização e industrialização em curso na região. No entanto, com a ditadura militar, o movimento foi desmobilizado e as suas lideranças duramente perseguidas.

No início dos anos '80, os conflitos retornaram mais intensos e violentos reunindo os grupos dos anos '50 e os desempregados urbanos da crise econômica dos anos '80, colocando

a Baixada Fluminense como o principal palco de luta pela terra no Rio de Janeiro e no país. Atualmente, grande parte dos assentamentos de reforma agrária do estado está concentrada na região, que, além destes, possui ainda, áreas de posseiros sem título formal de propriedade da terra, colônias de pescadores artesanais e áreas de remanescentes de quilombos.

Os municípios da Baixada Fluminense são povoados por pessoas vindas de todas as partes do Brasil, sobretudo do Nordeste e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, caracterizadas pela baixa escolaridade, mão-de-obra não especializada, com grande parte sobrevivendo com baixos salários em ocupações informais e temporárias.

Conhecidos como *idades dormitórios*, abrigam sua população em habitações precárias, com falta de infra-estrutura e de serviços básicos, além da ausência de políticas públicas eficazes em praticamente todos os setores: pavimentação, saneamento e abastecimento de água, saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

A Baixada Fluminense figura como uma das áreas mais problemáticas e violentas do Brasil, sendo reconhecida por sua ordem local própria e por suas formas de solução de conflitos segundo os códigos de uma lei própria, fundada na violência e no poder daqueles que de alguma maneira detém o domínio na região. Em toda a sua história de constituição, predominaram a pobreza e a violência como bases constitutivas dos poderes locais e regionais, resultando, como afirma, em índices altíssimos de homicídios e de execuções sumárias e em trajetórias políticas calcadas no medo e no clientelismo. (ALVES, 2003).

Aparece atualmente com muitos pontos de *aglomerados urbanos subnormais*<sup>6</sup>, onde resiste uma tradição agrícola familiar em alternativa àquela decadente, com serviços públicos praticamente inexistentes. A agricultura persiste diante dos projetos de urbanização sendo ainda responsável pela composição de fração significativa da renda de muitas famílias, além de contribuir com o abastecimento de alimentos para a região metropolitana. A cada transformação histórica, sempre guiada pelos interesses econômicos e políticos da elite, as famílias de agricultores ressignificam a existência, a continuidade e o sentido da atividade agrícola. Porém, é evidente o avanço do processo de expansão da urbanização sub-normal sobre as áreas de importância histórica, social, agrícola e ambiental da região.

Os resultados desta pesquisa fazem parte, portanto, da revisão crítica da atuação dos projetos de desenvolvimento rural sustentável na Baixada Fluminense realizados pela cooperação internacional italiana, envolvendo em primeira instância o projeto DASARA,

---

<sup>6</sup> Termo formal utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para designar *favela*.

objeto deste estudo. Além disso, o programa em curso permite visualizar e coordenar outras iniciativas em curso na região a favor da agricultura familiar.

Isto é muito importante neste momento, porque a Baixada Fluminense se prepara para uma nova transformação que será provocada pela construção do *Arco Metropolitano do Rio de Janeiro*.

Sendo uma iniciativa dos Governos Federal e Estadual através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com financiamento a fundo perdido do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), este projeto consiste na construção de um arco rodoviário entre a Baía de Guanabara e a Baía de Sepetiba que, atravessando toda a Baixada Fluminense, interligará ao porto de Itaguaí os complexos industriais, siderúrgicos e petroquímicos da região metropolitana.

Podemos inferir que o *Arco Metropolitano* fará emergir novas questões e desafios, que obrigarão os agricultores familiares e os agentes de intervenção a repensarem suas perspectivas de desenvolvimento rural sustentável e a reformularem suas práticas cotidianas. Isto representará mais um momento na história da agricultura familiar na Baixada Fluminense, em que os agricultores ressignificam a existência, a continuidade e o sentido da atividade agrícola na região.

A construção do *Arco Metropolitano* representa o avanço da globalização no sentido verticalizado, tal como descrito por Santos (2008, p. 169): “A reconstrução vertical do mundo, tal como a atual globalização perversa está realizando, pretende impor a todos os países normas comuns de existência e, se possível, ao mesmo tempo e rapidamente”.

O trabalho de comunicação, educação e participação envolvendo comunidades locais, visa em última instância, dialetizar este eixo dominante, apontando para a interdependência dos conjuntos sociodinâmicos envolvidos na reconfiguração territorial, assegurando um horizonte diferenciado para a reemergência de utopias de um mundo mais humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 20/JAN/2008.

BUNCH, Roland. **Duas espigas de milho**: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo. Tradução: John C. Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), 1994.

DATER (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural BRASIL). SAF (Secretaria de Agricultura Familiar). MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**: versão final: 25/05/2004. Brasília, DF, 2004.

Disponível em:

<<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Politica%20Nacional%20de%20ATER.pdf>>.

Acesso em: 20/JAN/2008.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 8. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção primeiros passos; 95).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. 11. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

GUIJT, Irene. **Monitoramento participativo**: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), 1999.

SANTOS, Miltom. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: DRP – Guia prático. Brasília: MDA/SAF/DATER, ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e GTZ-Brasil (Agência Alemã de Cooperação), 2006.